



O ORGANIZAR DE UMA PRÁTICA ESPACIAL INSURGENTE: O CASO DO CAMPECHE NA RESISTÊNCIA À PROPOSTA DE PLANO DIRETOR “PARTICIPATIVO” DE FLORIANÓPOLIS

Luis Felipe Cunha ¹

Kellen da Silva Coelho ²

RESUMO

Neste artigo, buscamos fazer uma análise das práticas organizativas inerentes ao conflito no processo de elaboração do Plano Diretor Participativo de Florianópolis, e que envolveu atores sociais organizados no bairro/distrito do Campeche (Florianópolis-SC). Para fins da investigação deste estudo de caso, utilizamos um referencial teórico acerca de práticas espaciais insurgentes, dimensão organizacional da resistência e, neste cenário, a Teoria do Discurso Político, por meio das categorias: efeitos deslocatórios e lógica de equivalência, as quais serviram como plano de fundo metodológico e epistemológico para a compreensão das práticas organizativas, supostamente, contra hegemônicas. Considerando estas aproximações, verificamos que este referencial teórico-conceitual se demonstrou adequado como um campo aberto de possibilidades, sobretudo, se consideramos o atual momento em que a participação social é requerida enquanto exigência em planos diretores, tornando estes processos mais complexos, pelos diferenciados interesses que advêm das esferas estatais-mercado-lógicas, e demandas do campo social. Emergiram do campo práticas organizativas alternativas ao modelo hegemônico de organizar, caracterizadas por formas de comunicação alternativas, organização de atividades/tarefas pautadas no imprevisto, controle mútuo e reduzido, lideranças itinerantes, participação e decisão coletivas.

Palavras-chave: práticas espaciais insurgentes, dimensão organizacional, teoria do discurso político.

RESUMEN

En este artículo, buscamos hacer un análisis de las prácticas organizativas inherentes al conflicto en el proceso de elaboración del Plan Director Participativo de Florianópolis, que involucró a los actores sociales organizados del barrio/distrito de Campeche (Florianópolis-SC). Para efectos de la investigación de este estudio de caso, se utilizó un marco teórico sobre las prácticas espaciales insurgentes, la dimensión organizativa de la resistencia y, en este escenario, la Teoría del Discurso Político, a través de las categorías: efectos de desplazamiento y lógica de la equivalencia, que sirvieron de sustento metodológico y epistemológico para la comprensión de las prácticas organizativas, supuestamente, contrahegemónicas. Considerando estos planteamientos, encontramos que este marco teórico y conceptual resultó adecuado como campo abierto de posibilidades, sobre todo si consideramos el momento actual en el que se exige la participación social como requisito en los planes directores, haciendo más complejos estos procesos, por los diferentes intereses que provienen de las esferas estatal-mercantil, y las demandas del campo social. Desde el terreno han surgido prácticas organizativas alternativas al modelo hegemónico de organización, caracterizadas por formas alternativas de comunicación, organización de actividades/tareas basadas en la autonomía, control mutuo y reducido, liderazgos itinerantes, participación y toma de decisiones colectivas.

Palabras Clave: prácticas espaciales insurgentes, dimensión organizativa, teoría del discurso político.

¹ Doutor em Geografia. PPGGEO - Universidade Federal de Santa Catarina, lf1f2@gmail.com;

² Doutora em Administração. PPGA - Universidade Federal de Santa Catarina, kellen.coelho@ufsc.br.



INTRODUÇÃO

Este artigo surge a partir da necessidade de se refletir sobre a dimensão organizacional das práticas espaciais insurgentes no contexto do planejamento urbano das cidades. Quais elementos podem ser destacados para a análise destas práticas? Como a Teoria do Discurso pode auxiliar neste entendimento, como aporte teórico e conceitual? Para este feito, buscamos compreender como se constituíram as práticas auto-organizadas de planejamento no Campeche, bairro/distrito administrativo de Florianópolis-SC, e quais foram as estratégias adotadas pelos atores locais, diante do desacordo com as propostas de planejamento institucional e os processos “participativos” postos em prática pela prefeitura. Neste sentido, destacamos que algumas práticas sociais decorrentes do ativismo local foram consideradas como práticas espaciais insurgentes, tendo em vista serem estas “(...) práticas sociais em que a espacialidade (...) é um componente nítido e destacado da *forma de organização, do meio de expressão e/ou dos objetivos a serem alcançados*” (SOUZA, 2013, p. 241 – grifos no original).

Esta pesquisa parte do intercâmbio entre duas teses de doutorado, sobre o mesmo caso de estudo: a resistência propositiva do distrito do Campeche no processo de elaboração do Plano Diretor Participativo de Florianópolis (PDP). Neste sentido, estas pesquisas de doutorado foram desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-graduação em Geografia³ (2019), e no Programa de Pós-graduação em Administração⁴ (2012), ambas da Universidade Federal de Santa Catarina.

A ideia proposta foi desenvolver este artigo a partir da problematização do conflito no planejamento do Campeche, considerando a elaboração de um contraplanejamento à proposta oficial da prefeitura, no papel do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF). Neste sentido, buscamos analisar este conflito, a partir da constatação da ausência de condições institucionais e de vontade política para a realização de processos do planejamento urbano participativo, identificando agentes hegemônicos, e as estratégias de ação direta e luta institucional, por parte de cidadãos, representantes comunitários e ativismos sociais.

³ CUNHA, L. F. **Práticas espaciais e planejamento insurgente: os casos do Campeche em Florianópolis e Pointe-Saint-Charles em Montreal**. Tese de doutorado (Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

⁴ COELHO, K. S. **A resistência à nova proposta de Plano Diretor apresentada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis: uma análise das práticas alternativas de organizar**. Tese de doutorado (Administração), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 2012.



Deste modo, neste artigo, buscamos analisar práticas organizativas inerentes à resistência de moradores do Campeche à proposta de Plano Diretor apresentada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, usando como aporte teórico e metodológico a Teoria do Discurso Político. Mais especificamente, foram adotadas duas de suas categorias basilares: o *deslocamento* e a *lógica de equivalência*, para à luz disso, identificarmos e analisarmos as práticas organizativas adotadas neste contexto.

Para fundamentar este trabalho, fizemos uma breve revisão dos conceitos de práticas espaciais insurgentes, dimensão organizacional da resistência e Teoria do Discurso Político.

AS PRÁTICAS ESPACIAIS INSURGENTES

No contexto neoliberal em que, “(...) os direitos de propriedade privada e à taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direito” (HARVEY, 2012, p. 73), as práticas insurgentes buscam estabelecer um outro tipo de relação com a cidade. Esta cidade que, não é somente o palco de suas lutas, mas o alvo, o objetivo pelo qual as ações concretas derivadas dos ativismos e movimentos urbanos irão se focar em uma luta “pela cidade”. Para autores como Mirafteb (2009; 2016) e Purcell (2009), o potencial destacado da noção de insurgência está em sua capacidade para a transformação do poder, das modalidades formais ou práticas institucionalizadas da gestão e do planejamento urbano.

A ideia de “práticas espaciais” nasce na literatura dos estudos urbanos através da contribuição de Henri Lefebvre, aparecendo pela primeira vez de forma contundente no livro *La production de l'espace* (1974). No livro, Lefebvre traz, dentro da perspectiva dialética, a ideia de que o espaço é, ao mesmo tempo, produto e condicionante das relações sociais. Ele fundamenta o conceito de *espaço social*, desenvolvendo a ideia de complementariedade entre as duas dimensões – espaço e sociedade - através do tempo histórico. A noção de que toda prática social é produtora de espacialidades, e que estas, por sua vez, influenciam uma grande quantidade de práticas sociais é um elemento relevante que permeia sua reflexão no livro, de modo que, ele une as duas noções em um único conceito, o de *prática espacial*. Segundo Lefebvre, “(...) a prática espacial consiste numa projeção ‘no terreno’ de todos os aspectos, elementos e momentos da prática social, separando-os, e isso sem abandonar por um instante o controle global, a saber o assujeitamento da sociedade inteira à prática política, ao poder de Estado” (LEFEBVRE, 2006, p. 27). Para o autor, “a prática espacial de uma sociedade se descobre decifrando seu espaço (LEFEBVRE, 2006, p. 65).



Entra em relevo a ideia de um espaço social segregado diante de práticas espaciais alinhadas com as diversas formas de dominação hegemônicas, mas igualmente, a ideia de que é necessário se decifrar o espaço para que se tornem inteligíveis as práticas sociais. Dentre as contribuições trazidas pelo autor, destaca-se a noção de que as práticas espaciais sempre remetem a um certo grau de coesão social, a qual pode ser direcionada em favor ou contra as formas de dominação e coerção do Estado capitalista. Há, portanto, em sua visão, a necessidade de reapropriação do espaço público e de proposição de alternativas a produção capitalista da cidade, para que a própria *práxis* social possa ser transformada, e ocorra uma mudança social efetiva.

No Brasil, a introdução do conceito de prática espacial é feita por Roberto Lobato Corrêa, em seu artigo: *Espaço, um conceito-chave da Geografia* (1995). No artigo, Corrêa vai se debruçar sobre a ideia de prática espacial empresarial, tomando como exemplo o caso da empresa Souza Cruz, por ele estudado. Para o autor, as práticas espaciais empresariais são dominantes, e, via de regra, apoiadas nas estruturas estatais, exercem influência crucial na produção do espaço, causando impactos territoriais significativos e quase sempre predatórios, onde quer que sejam empenhadas.

Para Souza (2013), nem todas as práticas sociais são densamente ou complexamente espaciais (ou espacializadas), ainda que considere, entretanto, que todas as práticas espaciais sejam, necessariamente, sociais. A partir deste entendimento, o autor vai buscar explorar os conceitos de *relação social* e de *ação social*, em Weber (1995), enquanto práticas nas quais os sujeitos sociais participantes conferem um sentido ou significado às suas ações. Deste modo, a ação social é sempre voltada para outros indivíduos, direta ou indiretamente, enquanto as relações sociais constituem uma trama de ações sociais de múltiplos agentes, cujos resultados destas ações são compartilhados.

Ainda, segundo o autor, as práticas espaciais podem ser qualificadas, de um modo simples, enquanto práticas sociais “densas de espacialidade”. Neste sentido, “(...) as práticas espaciais são práticas sociais em que a espacialidade (a organização espacial, a territorialidade, a ‘lugaridade’ ...) é um componente nítido e destacado da *forma de organização*, do *meio de expressão* e/ou dos *objetivos a serem alcançados* (SOUZA, 2013, p. 241). As práticas espaciais têm servido, na visão do autor, ora à dominação (à heteronomia, mais frequentes), ora a emancipação social (à autonomia, ou pelo menos à luta contra a heteronomia).

Resistindo às diversas formas pelas quais o projeto neoliberal domina as estruturas do Estado, e buscando lutar contra a precarização das condições de trabalho, dos serviços urbanos e das condições de vida nas cidades, diferenciadas práticas sociais insurgem no cenário urbano



contra o processo geral de neoliberalização. Estas práticas sociais combinam antigas e novas formas estratégicas de luta para conter o avanço deste processo e impedir a privatização da cidade. Elas buscam contornar o cerceamento do espaço urbano pelo capital financeiro (apoiado pelas variadas formas de poder e de coerção utilizadas pelo Estado), utilizando-se de formas alternativas de apropriação do espaço e de territorialização para ocupar os espaços da cidade e reivindicá-la, enquanto bem comum. São estas, práticas espaciais insurgentes, as quais propomos aqui pesquisar.

O conceito de práticas espaciais insurgentes, remete a alguns tipos de ação social em que a apropriação do espaço tenha como objetivo exercer um contrapoder a uma dada situação de dominação orientada pela hegemonia de caráter neoliberalizante. Alguns tipos mais comuns de práticas espaciais insurgentes são ocupações (escolas, prédios abandonados, ruas da cidade...); os circuitos econômicos alternativos; e certas instalações arquitetônicas e artísticas, ao menos aquelas de caráter não-vinculado unicamente à obtenção de valores-de-troca. Assim, o cotidiano destas experiências dialoga, além do próprio conceito de práticas espaciais insurgentes, com outros conceitos correlatos, como: espaço social, apropriação do espaço, territorialidade, territorialização, “lugaridade”, identidade, entre outros. Todos estes conceitos estão ligados à ideia de que nas práticas espaciais insurgentes, há sempre apropriação do espaço, com a finalidade de transformar uma dada lógica de poder hegemônica.

Conforme salienta Souza (2017), as práticas sociais não são, necessariamente, fortes ou diretamente espaciais (ou espacializadas), “(...) ainda que o espaço social seja (...) sempre um ingrediente básico da sociedade concreta, uma vez que ele é uma condição primária para a sociedade e à própria vida” (SOUZA, 2017, p. 381). Em termos mais específicos, contudo, o poder não é exercido apenas *no* espaço, mas também *através do* espaço e *por meio do* espaço. O poder é exercido: a) por meio das formas do substrato espacial material, através de processos de refuncionalização e/ou reestruturação dos objetos geográficos materiais; b) por meio das configurações territoriais, quando estas empreendem alteração dos limites e fronteiras, realocação de pontos de apoio estratégico, e renegociação de áreas de influência; e, c) também através das imagens de “lugar”, ou seja pelas ressignificações espaciais, elaboração de discursos ideológicos espacializados, redefinição de identidades e atributos identitários. Ainda, “(...) no que diz respeito à resistência (contrapoder, insurgência), esta é muito frequentemente exercida mediante processos de territorialização, ou seja, mediante o controle e ocupação do espaço” (SOUZA, 2017, pp. 381-382).

As práticas espaciais insurgentes acabam quase sempre combinando, em algum grau, a ação direta com a luta institucional. Conforme propõe Souza (2017), estas lutas podem ser



resultantes da combinação entre ação social “contra o Estado”, “apesar do Estado”, e mesmo, “com o Estado”. Para o autor

Tanto o tensionamento crítico com alguns aspectos do *status quo* quanto certos ganhos de autonomia podem ser alcançados por meio da luta institucional; mas somente a ação direta comporta a potencialidade de, enquanto *práxis* desafiadora, fundada sobre uma crítica radical que insiste em desconhecer limites apriorísticos (dados pelo incontornável atrelamento do Estado capitalista, em última instância, à defesa da propriedade privada e do mundo da mercadoria em geral), pôr em xeque a instituição global da sociedade, a partir de uma visão (não cientificista e não racionalista!) de “totalidade”. (SOUZA, 2017, p.378).

Na compreensão do autor, as práticas espaciais têm servido, tanto à dominação e à imposição de normas e leis que regulam a vida de um grupo ou sociedade (à heteronomia), quanto à emancipação, à autodeterminação e à instituição livre de leis e normas pelo próprio corpo de cidadãos (à autonomia). Para o autor, concordando com Pile (1997), importa “(...) pensar através do contexto em que os atos de resistência ocorrem” (PILE, 1997, p. 14, *apud* SOUZA, 2017, p 378). Os pontos principais a serem destacados são os *contextos sociopolítico* e *socioterritorial* (a conjuntura política relativa às disputas pelo espaço, as quais levam a interação conflituosa entre Estado e organizações populares da sociedade civil), e, as *razões das insurgências* (que manifestam alguma insatisfação, ou ainda, se manifestam contra um tipo de autoridade ou imposição do aparelho de Estado).

Tais elementos se manifestam ora na ação direta contra o poder estabelecido, ora na negociação e no aproveitamento das margens de manobra propiciadas por conjunturas favoráveis, e onde há participação. O diálogo com o Estado, e a não-rejeição *a priori* de mecanismos participativos institucionais podem, por vezes, se revelar úteis à emancipação social. A utilização destes dispositivos e instrumentos participativos, servirá às práticas espaciais insurgentes, se e somente se elas puderem obter ganhos (materiais, simbólicos, pedagógicos, etc.), da participação “inclusiva” mediada pelo Estado. Isto desde que se tenha, a todo tempo, uma forte noção dos riscos que esta participação pode empreender, tais como a desmobilização, a cooptação, a pacificação dos conflitos, a seletividade dos temas e dos participantes, entre outras ameaças à autonomia das práticas espaciais insurgentes.

Considerando estes apontamentos teóricos, moradores e organizações locais do Campeche, através de uma luta em diferentes espaços em torno de práticas autonomistas e participativas de planejamento urbano foram capazes de estabelecer bloqueios, e propor alternativas a planos urbanos alheios e processos pseudoparticipativos. Embora estas práticas



não tenham um conteúdo homogêneo, podendo revelar discursos permeados por diferenciadas visões políticas e de cidade, elas empreendem contrapoderes que são capazes de obter ganhos materiais e simbólicos, significativos, do ponto de vista dos moradores, como a permanência e a melhoria das condições urbanas e de vida, face aos processos hegemônicos de territorialização a favor do mercado, que incide verticalmente sobre o bairro e a cidade.

Neste cenário, acredita-se que dentre as diversas dimensões das práticas espaciais insurgentes, seja de fundamental importância a compreensão da dimensão organizacional.

A DIMENSÃO ORGANIZACIONAL DA RESISTÊNCIA E A TEORIA DO DISCURSO POLÍTICO

Ao mesmo tempo em que o planejamento urbano funcionalista cede espaço a alternativas neoliberalizantes em termos de se pensar o território; no campo da Administração, nota-se que as “novas formas organizacionais” se mantêm embebidas de uma racionalidade instrumental, baseada no caráter teleológico.

Frente o reconhecimento dos limites de saberes circunscritos ao próprio campo da ciência da Administração, aproximações com outros saberes começam a acontecer. Misoczky, Flores e Böhm (2008) recomendam que os estudos organizacionais sejam remetidos a novas possibilidades, tanto dentro de campos que adotem uma abordagem processual do organizar quanto de outras áreas disciplinares, com vistas a não apenas negar o gerencialismo, mas a contemplar estratégias de politização da teoria organizacional.

Nota-se que diante dessa configuração dos ambientes organizacionais é interessante compreender, efetivamente, as formas de antagonismos inerentes aos aspectos relacionais e contingenciais das lutas de resistência, bem como suas conexões com diferentes espaços de atuação. À luz da perspectiva de Laclau e Mouffe (1985), cada uma dessas novas configurações organizacionais pode expressar uma identidade resultante da articulação de significantes vazios consolidados em pontos nodais, que servem de referência a um discurso comum, que é a negação do sistema discursivo hegemônico de organizar.

Na busca de transcender as referidas limitações, ou seja, de outra forma de tratar o assunto na esfera da gestão organizacional, Spicer e Böhm (2006) julgam que o conhecimento sobre formas de organização adotadas por grupos para resistirem ao discurso abrangente de gestão torna-se imprescindível. Tais autores questionam as teorias atuais de resistência – como



“reapropriação” e “micropolítica” – e advogam que a resistência possa ser pensada como luta hegemônica empreendida pelos movimentos sociais. Por isso, nesta pesquisa, buscou-se um debruçar sobre a dinâmica organizacional de uma prática espacial insurgente no contexto urbano, por meio de uma lógica interdisciplinar que se utiliza de um suporte político e social, com vistas a compreender as organizações, sentido no qual a Teoria do Discurso Político se configurou como um instrumento expressivo para investigação alternativa dos fenômenos organizacionais.

A Teoria Política do Discurso teve como ponto de partida um livro do argentino Ernesto Laclau e da belga Chantal Mouffe, chamado “Hegemonia e Estratégia Socialista”. A teoria parte da noção ampla de hegemonia de Gramsci, que entende a realidade social como uma realidade discursiva, onde tudo o que existe socialmente tem uma interpretação. Assim, pode-se mencionar que a hegemonia é o discurso dominante, é o sentido que está fixado (BÖHM, 2006). Só que a hegemonia não dá conta de explicar toda realidade social – ela nega outros sentidos, não abarcando todos os possíveis para esclarecer uma determinada realidade. Ao negar outros sentidos, estabelece antagonismos que são identidades negadas pela identidade hegemônica, pelo sentido dominante (LACLAU; MOUFFE, 1985). Esses antagonismos inicialmente encontram-se espalhados pelo campo, o que Laclau (2011) chama de lógica da diferença, em que cada agente busca suas demandas individuais.

Pode haver dentro do espaço social um momento de deslocamento, quando o sentido disponível não explica a experiência que os indivíduos estão tendo. Então essas demandas que, inicialmente, estavam individualizadas no campo discursivo, sofrem um deslocamento e com isso passam a estabelecer contato umas com as outras, no que Laclau e Mouffe (1985) chamam de prática articulatória, onde ocorre um processo de identificação e de construção da lógica de equivalência, quando certas demandas percebem a existência de pontos comuns à outras (MENDONÇA, 2003). Nas buscas individuais há possíveis conexões que vão estabelecendo equivalências entre as diferentes demandas, embora de forma precária e contingente. Isso acontece em torno de um ponto nodal constituído de um significante vazio, ou seja, de um termo que não tem um significado específico (LACLAU, 2011). A partir da articulação dessas equivalências em torno de um ponto nodal é que se estabelece a luta contra hegemônica, uma disputa pela fixação do sentido, para desposicionar o sentido atual e reposicionar o sentido de acordo com as experiências que os atores sociais passam naquele determinado momento.

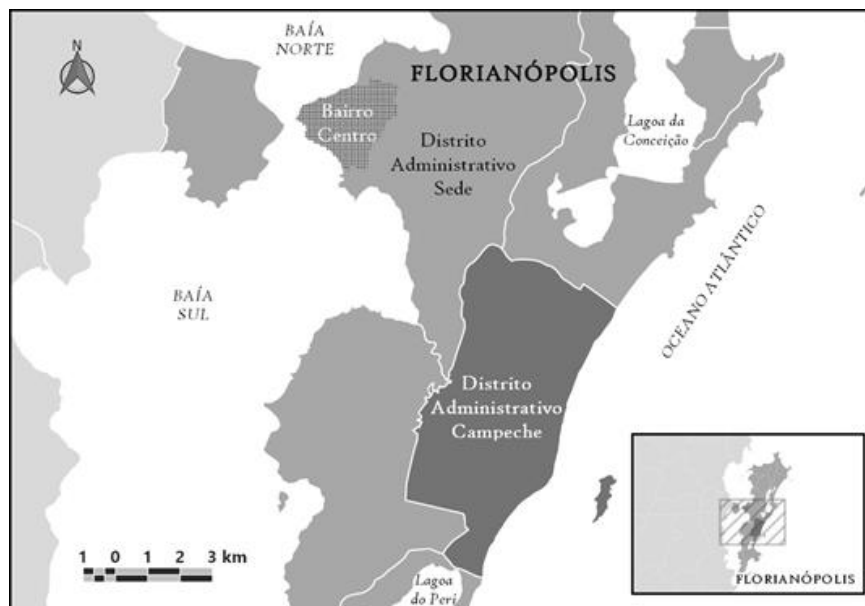
Posto isso, as práticas espaciais associadas ao plano diretor do Campeche, nos pareceu um interessante campo de estudo, sobre práticas organizativas de resistência.



PARA ALÉM DA RESISTÊNCIA: A LUTA DO CAMPECHE NO PLANO DIRETOR

Até meados dos anos 1980, o Campeche manteve uma urbanização pouco consolidada, e de frágeis ecossistemas (dunas, restingas, lagoas e áreas de encosta), misturando usos rurais à uma tradição de identidades ligada à pesca tradicional, à proximidade com o mar e ao convívio com a natureza. Com o crescimento de Florianópolis, naquele momento associado à sua promoção como a “Capital Turística do Mercosul” (RIZZO, 2013), o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis deu início a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Campeche - PDC, no intuito de acelerar a ocupação da vasta área de planície próxima ao centro da cidade.

Figura 01: localização do Campeche no município de Florianópolis-SC



Fonte: CUNHA, 2019.

Este amplo e pretensioso projeto previa a construção de largas rodovias, parque tecnológico e diversos empreendimentos imobiliários e comerciais, a prefeitura municipal de Florianópolis propunha com isso, a urbanização da área de planície atrelada à construção de um extenso sistema viário de vias “cortantes” relativamente rápidas, e que seria construído de uma só vez sobre a planície, modelo inspirado na cidade inglesa Milton Keynes (TIRELLI et al. 2007). Na concepção dos técnicos em planejamento do IPUF, os elementos geradores de empregos, atrativos de investimentos de porte internacional e que alavancariam a economia do município seriam os parques tecnológicos, segundo o modelo das tecnópoles japonesas (RIZZO, 2013).



O projeto da prefeitura pautava-se na exploração turística e imobiliária da localidade, prevendo, quase como uma tendência inevitável um crescimento populacional que atingiria aproximadamente 450.000 habitantes, ocupando 70% do solo da planície (o que justificaria a necessidade do tal planejamento aos moldes que propunham, de acordo com sua visão). Levando-se em consideração a população do município na época, de aproximadamente 345 mil habitantes, a visão da prefeitura visava motivar a criação de uma “nova cidade”, dentro da cidade já existente. A população local questionou a concepção do plano da prefeitura, privilegiando outra visão, pautada na preservação ambiental e cultural.

Figura 02: Plano Diretor de Desenvolvimento do Campeche



Fonte: CUNHA, 2019.

O conflito de visões de cidade entre a prefeitura e os moradores locais, leva a que seja escrita a “1ª Carta dos Moradores do Campeche sobre os Projetos de Urbanização da Área”, documento que partia da rejeição do projeto da prefeitura, colhia reivindicações dos moradores, e organizava um conjunto de propostas, para a elaboração do que viria posteriormente a se constituir no Plano Diretor Comunitário do Campeche.

Em julho de 1996, após vários embates entre a prefeitura e moradores locais, o IPUF apresentou à comunidade o PDC, em uma assembleia, onde comparecem mais de 200 pessoas. A assembleia rejeitou o plano, e em agosto foi fundado o MCQV - Movimento Campeche Qualidade de Vida, movimento o qual articulava diversas entidades locais para fazer oposição à visão de cidade da prefeitura e do IPUF. A trajetória do MCQV esteve associada à organização e mobilização autônoma de moradores, cujos objetivos visavam problematizar questões socioambientais e a insuficiência das políticas públicas de planejamento urbano



municipais. Em 1997, o MCQV organizou durante três dias, o “1º Seminário Comunitário de Planejamento do Campeche”, que contou com a participação de mais de 350 pessoas. A partir deste processo de construção comunitária, foi elaborado um documento chamado de “Dossiê Campeche”, documento que serviria de base para a elaboração da proposta do “Plano Diretor Comunitário do Campeche”, submetido à Câmara de Vereadores municipal em 1999.

Segundo Tirelli *et al.* (2007), outras associações comunitárias importantes têm o seu surgimento articulado ao MCQV, são os meios de comunicação alternativos na região: o Jornal Fala Campeche, e a Associação Rádio Comunitária do Campeche (ARCC).

No ano de 2006, tem-se início o processo de elaboração do Plano Diretor Participativo de Florianópolis, sob a coordenação do órgão de planejamento municipal o IPUF. Neste momento, em virtude de um novo quadro institucional promovido pela aprovação do Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001), o qual prevê a participação social na elaboração de planos diretores municipais, o MCQV se reestrutura, e passa a participar do Núcleo Gestor, composto para compor o processo participativo de elaboração do plano diretor da cidade.

O desenho dessa participação incluía um Núcleo Gestor, e mais representantes dos “Núcleos Distritais”, experiência na qual cada um dos treze distritos administrativos do município de Florianópolis, elegeram um membro representante de seu distrito, para compor o Núcleo Gestor. No âmbito da participação no PDP de Florianópolis, o MCQV dá início a um processo de revisão do conteúdo do Dossiê Campeche (1997) e do Plano Comunitário (1999), e organiza reuniões que levam ao “II Seminário Comunitário de Planejamento”, realizado nos dias 30 e 31 de março de 2007, contando com a presença de aproximadamente 150 pessoas.

Contudo, em 2009, a participação é interrompida pela prefeitura, que alega que o processo do plano diretor entrava em uma “fase técnica”. A condução do processo é repassada à *Fundación Cepa (Centro de Estudios y Proyectos del Ambiente)*, empresa privada com sede em La Plata – Argentina. Com o interrompimento da participação institucionalizada no Núcleo Gestor, os trabalhos relativos ao distrito do Campeche no ano de 2009 transcorreram pela atuação voluntária de organizações populares locais, mobilizadas em torno do Núcleo Distrital do Campeche. Nesse sentido, a construção de demandas e diretrizes comunitárias e a definição de um zoneamento coerente com as necessidades e expectativas locais para comporem o anteprojeto do Plano Diretor da cidade, é realizado com elevado grau de autonomia por essas organizações locais.

Após o período de incertezas sobre a elaboração do plano diretor durante a sua “fase técnica”, foi convocada no dia 18 de março de 2010 uma audiência pública municipal para a exposição de motivos do Anteprojeto de Lei do Plano Diretor de Florianópolis. A exposição



não foi possível, perante a ovação pública e a manifestação popular no auditório do TAC (Teatro Álvaro de Carvalho), onde seria feita a exposição. A manifestação se dava por conta do desacordo não apenas com o conteúdo do plano proposto, mas principalmente pela maneira pela qual o processo havia sido conduzido, alijando as instâncias participativas – o Núcleo Gestor e os Núcleos Distritais – do processo de elaboração do plano diretor.

Figura 3: ocupação do TAC, na ocasião da apresentação do Plano Diretor pela prefeitura de Florianópolis



Fonte: imagens de Paulo Roberto e Marcelo Cabral. (CUNHA, 2019)

Com base nos dados advindos do campo a respeito do distrito do Campeche, foi possível identificar várias demandas, como a preocupação com: equipamentos de uso coletivo, legislação ambiental, preservação cultural, segurança, mobilidade, preservação das águas, saneamento, preservação da orla marítima, direito à paisagem, dentre outras. Fica evidente uma visão de cidade que corrobora a ideia de uma escala humana de desenvolvimento urbano.

Frente os efeitos deslocatórios: contratação da *Fundación Cepa* e a dissolução do Núcleo Gestor Municipal, estas demandas presentes são colocadas em contato umas com as outras, bem como com as demais demandas dos demais distritos de Florianópolis, e constituem uma cadeia de equivalência de um sentido, onde a participação e o “não ao Plano da Cepa” foram significantes vazios que formaram um ponto nodal, que embasou um processo contra hegemônico, ou seja, de resistência à proposta de plano diretor, elaborada pela prefeitura.

Assim, forma-se um Núcleo Gestor autoconvocado, o qual, passa a se articular, sendo integrado por agentes identificados com uma visão insurgente de planejar a cidade. Estes conseguiram viabilizar uma resistência propositiva, por meio de reuniões e ações que envolveram diferentes estratégias. A troca de informações acontecia por meio de telefones



particulares, criação de blogs e sites, panfletos, jornal e rádio comunitárias, e grupos de e-mails (foram criados novos grupos de e-mails, já que o grupo do Núcleo Gestor Municipal era composto também por pessoas do Poder Público). Além disso, o Fórum da Cidade e o Comitê Interuniversitário, entre outros, foram instâncias apoiadoras das discussões.

A manutenção do movimento se dava por meio de recursos próprios dos seus integrantes voluntários, do apoio relativo de sindicatos e associações, bem como por meio de eventos como bazares nos bairros, eventos festivos, entre outros. O controle foi reduzido, já que várias pessoas podiam mobilizar os recursos. A organização das tarefas se dava pelo contato mútuo entre os membros do movimento, onde inclusive a elaboração de atas deixou de ser necessária, afirmando o caráter orgânico e horizontal do agrupamento popular, neste momento.

Algumas lideranças tiveram papel fundamental na organização do movimento, elas se predispunham a tematizar e problematizar questões relevantes, além de convocar a comunidade, dentre outras ações importantes. Nesse sentido, a figura do representante distrital mostrou-se fundamental. O que chamou atenção, neste momento de auto-organização, foi que diante da evasão de muitas lideranças, algumas pessoas que, até então, ficavam ofuscadas e com receio de participar, passaram a mostrar seu potencial de liderança e assim houve muitas mudanças nas lideranças dos distritos, o que se chamou de liderança itinerante (COELHO, 2012).

Após o período de impasse, e por conta de diferentes ações populares movidas junto aos ministérios públicos estadual e federal, o plano voltaria a ser discutido com as comunidades entre março e maio de 2012 (embora não mais nos moldes dos Núcleos Distritais). O novo modelo ancorou-se em uma participação mais restrita, visto que se reduziu a audiências de consulta e informação.

Cerca de ano depois, no dia 30 de dezembro de 2013, com as ruas vazias devido ao feriado de final de ano, a câmara de vereadores abre uma votação. O anteprojeto de lei é aprovado pela maioria dos parlamentares presentes (dezessete votos a favor), embora a oposição de dentro, por parte de uma parcela da bancada (três votos contra, e uma abstenção). A manifestação dentro e fora da Câmara de Vereadores sofreu violenta repressão da polícia militar – instituição reconhecida historicamente por sua atuação arbitrária, toda vez que o *status quo* conservador (e aqui se inclui a visão mercadológica, defendida pelo Estado nas diferentes escalas do poder territorial) é ameaçado, por vezes insurgentes, e que questionam as formas tradicionais de produção do espaço urbano.

Mais uma vez populares e representantes do movimento social do Campeche estiveram presentes para tentar evitar que fosse aprovado um plano onde havia grande desconfiança em



relação à condução de seu processo participativo, e discordâncias em relação às suas propostas para a cidade.

Figura 4: manifestações em frente à Câmara Legislativa municipal



Fonte: disponível em: <<http://eduardovalente.com.br/blog/2013/12/plano-diretor-aprovado-em-florianopolissc/>>. Acesso em: 20/11/2017. (CUNHA, 2019).

Mesmo com as reivindicações populares, o plano diretor é aprovado e começa a vigorar em 20 de janeiro de 2014. Contudo, as manifestações e a organização popular surtem algum efeito, e saem vitoriosos, sobretudo, quando a combinação entre ação direta e luta institucional vai ensejar na recomposição do Núcleo Gestor e da participação, em diferentes momentos. Além disso, uma das vitórias dos moradores do Campeche foi a aprovação do Parque Cultural do Campeche (PACUCA), resultado de mais de 30 anos de lutas pelo reconhecimento do antigo Campo de Aviação (área de 329.500m², no centro do bairro) como patrimônio histórico. Esta área tem um grande valor simbólico para os moradores, e tem sido utilizada enquanto espaço público, com a realização de eventos, práticas esportivas e horta comunitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste artigo, melhor compreender como as categorias deslocamento e lógica de equivalência, enquanto componentes da Teoria do Discurso Político, podem auxiliar a melhor compreendermos as práticas espaciais insurgentes, a partir de sua dimensão organizacional. Neste sentido, buscamos essa compreensão no estudo das práticas auto-organizadas de planejamento no Campeche, no contexto do Plano Diretor de Florianópolis.



Nesse sentido, pudemos constatar que a proposição de discursos alternativos em relação aos discursos hegemônicos de produção da cidade, é um elemento fundamental na construção de heterotopias urbanas.

As práticas espaciais insurgentes relativas ao Campeche, configuraram-se em uma resistência propositiva, na organização de um contra planejamento, o qual foi capaz de, em diferenciados momentos, estabelecer bloqueios à planos alheios à trama territorial e à vontade pública local, além de conseguir o atendimento parcial de algumas demandas específicas, como foi o caso do PACUCA.

Desde modo, contatamos que estas práticas insurgentes se colocaram a todo tempo a favor de um processo de planejamento efetivamente participativo. Esta participação não dispensa os mecanismos formais, institucionalizados no Estado, mas apresenta formas de organização também contra hegemônicas, quando pautadas pela ação direta e pela autonomia. Assim evidenciamos que, face à falta de vontade política da prefeitura municipal de Florianópolis, em propiciar condições institucionais para uma efetiva participação, houve a necessidade de auto-organização, na elaboração de projetos de planejamento alternativos e seminários comunitários, além de manifestações na esfera pública. Neste sentido, tais práticas espaciais empreendem uma forte apropriação territorial, sendo o espaço vivido (ou lugar), o motivo discursivo comum e edificante da lógica de equivalência nesses discursos.

Importa, pois, aprofundarmos o entendimento destes discursos contra hegemônicos, e o papel da espacialidade (os territórios e lugares), na definição destes processos conflituais e de seus desdobramentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BARROS, M. (2009). El silencio bajo la ultima dictadura militar em La Argentina.

Pensamento Plural, Pelotas, 79 (5), 79-101.

BÖHM, S. **Repositioning organization theory**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2006.



COELHO, K. S. A resistência à nova proposta de Plano Diretor apresentada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis: uma análise das práticas alternativas de organizar. **Tese de doutorado** (Administração), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Bertrand: Rio de Janeiro, 1995.

CUNHA, L. F. Práticas espaciais e planejamento insurgente: os casos do Campeche em Florianópolis e Pointe-Saint-Charles em Montreal. **Tese de doutorado** (Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, jul./dez. 2012.

LACLAU, E; MOUFFE, C. **Hegemony and socialist strategy**. London: Verso, 1985.

MENDONÇA, D. A. Teoria do discurso de Laclau e Mouffe: em direção à noção de significante vazio. *Barbarói*, v. 18, pp. 55-71, jan./jun. 2003.

LEFEVBRE, H. **La Production de l'espace**. Paris: Anthropos, 2006 [1974].

MIRAFTAB, F. Insurgent planning: situating radical planning in the global South. **Planning theory**, 8 (1), 32-50, 2009.

_____. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, V. 18, nº 3, p. 363-377, set.-dez., 2016.

MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K.; BÖHM, S. A práxis da resistência e a hegemonia da organização. **Organizações e sociedade**, v. 15, n. 45, abr./jun. 2008.

PURCELL, M. Resisting neoliberalization: communicative planning or counter-hegemonic movements?. **Planning Theory**, 8(2), 140-165, 2009.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

GEOGRAFIA



RIZZO, P. M. B. O planejamento urbano no contexto da globalização: caso do plano diretor do Campeche em Florianópolis, SC. **Tese de Doutorado** (Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. **Por uma Geografia Libertária**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SPICER, A.; BÖHM, S. Moving management: theorizing struggles against the hegemony of management. **Organization Studies**, 2006.

TIRELLI, J. et al. (Org.). **O Campo de Peixes e os Senhores do Asfalto**: memória das lutas do Campeche. Florianópolis: Cidade Futura, 2007.